



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/DIREG/DIRAD/COLIC/SECOT

CONTRATO Nº 07/2019

Contrato n.º 07/2019 celebrado entre o **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR** e a sociedade empresaria **LF SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE CONDOMÍNIOS E RESIDÊNCIAS EIRELI**, para a prestação de serviços de copeiragem e garçonaria, de acordo com o Processo nº 24/2019 - Processo Eletrônico n.º 000858/19-00.11.

A União, por intermédio do **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, registrado no CNPJ/MF sob o n.º 00.497.560/0001-01, com sede na Praça dos Tribunais Superiores, em Brasília-DF, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, **Eder Soares de Oliveira**, com fundamento no Manual de Organização do STM, aprovado pela Resolução nº 241, de 09 de maio de 2017, que dispõe sobre o Regulamento da Secretaria do Superior Tribunal Militar, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a sociedade empresaria **LF SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE CONDOMÍNIOS E RESIDÊNCIAS EIRELI**, registrada no CNPJ/MF sob o n.º 12.531.678/0001-80, com sede no SCIA Quadra 15, Conjunto 1, Lote 13, Brasília – DF, CEP: 71.250-005, telefone n.º (61) 3547-1018, correio eletrônico: Leandro@greenhousedf.com.br, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio, **Leandro Santos de Sá**, portador da Carteira de Identidade n.º 2585667 SSP/DF e do CPF n.º 026.030.441-76, na forma da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, das Resoluções nº 169/2013, 183/2013 e 248/2018 do Conselho Nacional de Justiça, das Instruções Normativas nº 2, de 30 de abril de 2008 e nº 3, de 15 de outubro de 2009, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e alterações posteriores, e da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis à espécie, e, ainda, em conformidade com o Pregão Eletrônico n.º 4/2019, têm entre si justa e contratada a prestação dos serviços abaixo especificados, mediante as cláusulas e condições a seguir exaradas:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Prestação de serviços de copeiragem e garçonaria, mediante a execução de trabalhos de forma contínua, de acordo com o Projeto Básico nº 1/2019- NUFIT, e proposta apresentada pela

| Categoria | Qtde de Postos |
|------------------|-----------------------|
| Supervisor | 1 |
| Copeiro | 18 |
| Garçom | 12 |

Cláusula Segunda - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. Cumprir com todas as condições, com os prazos e com as demais obrigações contidas no Projeto Básico nº 1/2019- NUFIT, em especial as obrigações a seguir elencadas:

1.1. Estabelecer critérios rigorosos a fim de realizar seleção dos profissionais que serão alocados para prestação dos serviços, submetendo-os a exames médicos e de perfil psicológico compatível ao exigido para o desempenho das atividades objeto desta contratação, assim como toda e qualquer avaliação complementar necessária ao pleno desempenho das atividades laborais, recrutando e selecionando, em seu nome e sob sua responsabilidade, os profissionais que prestarão serviço para o Contratante de acordo com os critérios abaixo, comprovados mediante apresentação de documentação específica:

1.1.1. O Profissional deve estar quite com as obrigações eleitorais;

1.1.2. Apresentar quitação com as obrigações do serviço militar, para profissionais do sexo masculino;

1.1.3. Apresentar atestado médico de aptidão física e mental para exercício das atribuições inerentes às funções a serem desempenhadas;

1.1.4. Apresentar certidão dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares que tenha residido nos últimos 5(cinco) anos da Justiça Federal e Estadual;

1.1.5. Apresentar folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia dos Estados onde tenha residido nos últimos 5(cinco) anos, expedido, no máximo, há 6(seis) meses;

1.2. Fornecer aos profissionais alocados nos postos de trabalho, desde o início da vigência contratual e, posteriormente, a cada 6 (seis) meses, uniformes novos, estritamente, conforme descrição constante do Projeto Básico nº 1/2019 – DIRAD/COGEC/NUFIT, submetendo-os previamente à aprovação do Contratante, resguardado o direito de o Contratante exigir, a qualquer momento, a substituição daqueles que não atendam às condições mínimas de apresentação.

1.2.1. Os uniformes deverão estar de acordo com o manequim dos usuários.

1.3. Entregar os uniformes, de seis em seis meses, a todos os empregados que estiverem prestando serviço nos postos do Contratante, independentemente da data de admissão do empregado.

1.4. Substituir, em até 48 horas após a comunicação do Contratante, qualquer peça que apresente desgaste excessivo ou defeito de fabricação não constatado no ato da entrega, bem como os que não atendam às condições mínimas de apresentação, sem prejuízo das penalidades contratuais previstas.

- 1.5. Fornecer ao Contratante, cópia do recibo dos uniformes, sempre que houver entrega ou substituição, impreterivelmente até 48 horas após a entrega, não podendo ser repassado o custo do uniforme ao ocupante do posto de serviço.
- 1.6. Encaminhar ao Contratante, antes do início da vigência contratual, o acordo individual escrito ou o acordo coletivo ou convenção coletiva que determine e regule a compensação de horas extraordinárias.
- 1.7. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como repor os funcionários faltosos.
- 1.8. Cumprir a jornada de trabalho estabelecida no item 8, do Projeto Básico nº 1/2019-NUFIT.
- 1.9. A Contratada deverá possuir matriz, filial ou escritório no Distrito Federal, com pessoal qualificado e em quantidade suficiente para gerir o contrato.
- 1.10. Fornecer, em até 30 dias úteis, a contar da assinatura do contrato, endereço da matriz, filial ou escritório no Distrito Federal, bem como número de telefone comercial fixo e móvel no Distrito Federal e endereço eletrônico (e-mail), devendo atualizar todos os dados sempre que houver alteração.
- 1.11. Indicar, a partir da assinatura do contrato, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, preposto(s), para fiscalizar a prestação dos serviços e efetuar atendimentos aos profissionais alocados nos postos de trabalho, em horário comercial, tais como: entrega de contracheques, vale transporte, vale alimentação e outras responsabilidades da Contratada e que tenha capacidade gerencial para tratar sobre os assuntos pertinentes ao contrato, bem como atender às solicitações do Contratante.
- 1.12. O preposto deverá ser aceito pela fiscalização e deverá ser indicado mediante declaração da Contratada constando nome completo, número do CPF, documento de identidade, telefone para contato e comprovante de endereço para envio de correspondência oficial.
- 1.13. Não indicar como preposto profissional ocupante dos postos de trabalho.
- 1.14. Não substituir profissional de posto de trabalho pelo preposto, nos casos de faltas.
- 1.15. Cuidar para que o preposto indicado mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando providências requeridas relativas à execução dos serviços pelos empregados, assim como comando, coordenação e controle da execução dos serviços contratados.
- 1.16. Entregar, de forma parcelada e conforme a necessidade do Contratante, os insumos/materiais necessários para a realização dos serviços, conforme especificações contidas no Projeto Básico nº 1/2019-NUFIT.
- 1.16.1. Os insumos/materiais deverão ser novos, de primeiro uso, com vista à perfeita execução dos serviços a serem prestados, em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação formal do fiscal.
- 1.17. Os materiais/insumos deverão ser fornecidos conforme a necessidade do Contratante, após a anuência do fiscal do contrato e somente quando solicitado formalmente.
- 1.18. Os materiais/insumos a serem empregados na execução dos serviços, deverão ser de primeira

qualidade e compatíveis com os locais onde serão utilizados, devendo, ainda, serem submetidos à prévia aprovação do fiscal do contrato, que se reserva o direito de rejeitá-los, caso não satisfaçam aos padrões exigidos no Projeto Básico, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, industrialização, entrega ao consumo e fiscalização por parte das entidades governamentais fiscalizadoras.

1.18.1. A indicação de marcas dos insumos e utensílios é utilizada pela Administração como meio de aferir a qualidade mínima dos itens fornecidos pela Contratada. Caso seja ofertada proposta de preços de marca diferente da sugerida, o produto deverá possuir padrões de qualidade no mínimo igual ou superior aos indicados. Neste caso, será submetida a avaliação do Contratante para fins de aceitabilidade.

1.18.2. A não aceitação pela Administração do produto indicado pela Contratada não acarretará, em hipótese alguma, aumento dos custos do contrato.

1.19. Efetivar a reposição da mão-de-obra, sempre que solicitado pela fiscalização, nos prazos a seguir estipulados, quando ocorrer ausência do profissional titular, atendendo às mesmas exigências de qualificação feitas em relação ao substituído, nos seguintes casos:

1.19.1. Falta, justificada ou injustificada, inclusive por motivo de greve da categoria, no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos, a contar da ciência do afastamento;

1.19.2. Gozo de férias, afastamentos legais de qualquer natureza ou demissão, a partir da data de início do período;

1.19.3. Solicitação da fiscalização do contrato, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de solicitação.

1.19.4. Na hipótese de o Contratante manifestar a desnecessidade de substituição de profissional nas ocorrências de ausência temporária, nos termos do item 1.19 acima, as faltas deverão ser deduzidas da respectiva Nota Fiscal/Fatura, não ensejando qualquer sanção à Contratada.

1.20. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para obtenção de extrato de recolhimento, sempre que solicitado pela fiscalização.

1.21. Viabilizar, no prazo de 60 dias, contados do início da prestação dos serviços, o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, ao sistema da Previdência Social, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas.

1.22. Viabilizar, no prazo de 60 dias, contados do início da prestação dos serviços, a emissão do Cartão Cidadão expedido pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.

1.23. Realizar o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas de seus empregados nos prazos previstos em lei.

1.23.1. Caso a Contratada não realize o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas de seus empregados, fica o Contratante autorizado a fazê-los quando houver falha no cumprimento dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

1.24. Realizar programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, e anualmente, durante a jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2

(duas) horas, visando à adoção de práticas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes e a política socioambiental do Contratante.

1.25. Prestar os serviços pautados sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Contratante.

1.26. Instruir seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela Contratante, proporcionando treinamento/capacitação periódica dos empregados.

1.27. Adotar boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, devendo:

1.27.1. repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água;

1.27.2. designar o Encarregado/Preposto para atuar como facilitador das mudanças de comportamento dos empregados da Contratada;

1.27.3. orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pelo Contratante.

1.27.4. verificar vazamentos em torneiras e sifões.

1.27.5. verificar lâmpadas queimadas e piscando.

1.27.6. substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

1.28. Racionalizar/economizar no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

1.29. Apresentar à fiscalização do contrato, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a relação de empregados que fruirão férias no período subsequente, assim como informar os dados daqueles que irão substituí-los, inclusive com a apresentação dos documentos que comprovem a qualificação técnica dos substitutos exigida no Projeto Básico;

1.29.1. No interesse da administração do Contratante, metade dos empregados alocados na prestação do serviço deverão fruir férias no período de janeiro e/ou julho. Para os profissionais que fruirão férias nos meses de janeiro e/ou julho não será necessário haver cobertura de férias, havendo a glosa do posto nesse período.

1.30. Cumprir o Instrumento de Medição de Resultado – IMR, conforme indicadores constantes no item 13 do Projeto Básico nº 1/2019- NUFIT, sujeitando-se aos ajustes de pagamento por metas não atingidas.

1.31. Abster-se de:

1.31.1. Alocar para a prestação dos serviços que constituem objeto do presente contrato, nas dependências do Contratante, familiar de agente público, ainda que exerça cargo em comissão ou função de confiança.

1.31.1.1. É considerado familiar, nos termos do artigo 2º, III, do Decreto 7.203/2010, o

cônjuge, companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

1.32. Providenciar, no momento da contratação, que o funcionário assine declaração informando não ser familiar de agente público que no Contratante exerça qualquer cargo, ainda que, em comissão ou função de confiança.

1.33. Promover às suas custas, **no prazo de 15 (quinze) dias a contar do início da prestação dos serviços e a cada período de 12 (doze) meses**, curso de atualização aos seus empregados na área em que atuam, com carga mínima de 24h, apresentando à fiscalização do contrato, cópia dos certificados.

1.34. Fornecer, no primeiro mês da prestação dos serviços, e manter atualizada junto à fiscalização do contrato relação nominal dos empregados, indicando nome completo, função, local e horário do posto de trabalho, números de carteira de identidade (RG) e de CPF, endereço e telefone residenciais, número de celular.

1.35. Controlar o estoque de produtos destinados ao preparo de lanches e postos à disposição dos empregados da Contratada, de modo a relatar e indicar o vencimento de cada um dos produtos, cujo propósito é não vencer em prejuízo do Contratante;

1.35.1. A falha no cumprimento da obrigação indicada no subitem 1.41 ocasionará a abertura de procedimento para apuração da falta com a sanção prevista, além da reposição do produto à custa da Contratada.

1.36. Controlar a frequência diária dos empregados lotados no Edifício-Sede do Contratante pela utilização de ponto eletrônico.

1.37. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo o Contratante, a qualquer tempo, exigir as respectivas comprovações:

a) Constatada qualquer irregularidade, os pagamentos serão sobrestados e a Contratada será intimada a providenciar sua regularização.

b) Caso a situação não seja regularizada, o Contratante efetuará os pagamentos devidos, uma vez iniciado o procedimento de rescisão contratual unilateral, em face da configuração de inexecução contratual, com fundamento no art. 78, inciso I, c/c o art. 55, inciso XIII, ambos da Lei no 8.666/1993, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da comunicação do fato aos órgãos pertinentes.

Cláusula Terceira – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Efetuar o pagamento no prazo estipulado na *Cláusula Sexta*.

2. Fiscalizar e atestar os serviços.

3. Recusar os serviço/materiais que não estiverem de acordo com as especificações.

4. Solicitar a substituição do material e/ou rejeição do serviço que apresentar vícios, defeitos ou incorreções ou que não estiver de acordo com o objeto.

5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

Cláusula Quarta - DO VALOR

1. O valor estimado do Contrato é de **R\$ 1.457.002,21 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e sete mil, dois reais e vinte e um centavos)**, sendo:

1.1. R\$ 1.380.803,45 (um milhão, trezentos e oitenta mil, oitocentos e três reais e quarenta e cinco centavos), correspondente a 12 parcelas mensais de R\$ 115.066,95 (cento e quinze mil, sessenta e seis reais e noventa e cinco centavos), referente a prestação de serviços de copeiragem e garçonaria, mediante a execução de trabalhos de forma contínua;

1.2. R\$ 76.198,76 (setenta e seis mil, cento e noventa e oito reais e setenta e seis centavos), referente ao fornecimento de insumos, a ser pago conforme a demanda do Contratante.

Cláusula Quinta - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

1. A critério do Contratante, o objeto deste contrato poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% do valor inicial contratado atualizado, conforme disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/1993.

2. O acréscimo ou supressão contratual não poderá exceder os limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993, salvo a supressão decorrente de acordo celebrado entre as partes.

Cláusula Sexta - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado mediante a apresentação de nota fiscal, acompanhada das informações quanto aos seus dados bancários e de cópia da nota de empenho, para atestação pelo órgão responsável e posterior liquidação e pagamento da despesa pelo Contratante, em Brasília-DF, mediante ordem bancária creditada em conta corrente, no prazo máximo de trinta dias, contados do recebimento definitivo dos serviços, pela atestação da respectiva nota fiscal, nos termos do artigo 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei 8.666/1993:

1.1. O valor referente à mão de obra alocada será pago mensalmente.

1.1.1. O primeiro faturamento, para fins de ajuste, deverá corresponder aos dias do mês de assinatura do contrato, e os seguintes deverão ser faturados considerando o mês integral.

1.2. O valor referente aos insumos será pago conforme a demanda do Contratante, considerando a quantidade de material efetivamente solicitada e entregue.

2. O Contratante fará mensalmente a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos na respectiva conta vinculada da Contratada, observada a legislação específica, conforme autorização da Contratada. O valor mensal a ser depositado será igual à soma dos valores apurados e calculado da seguinte forma:

2.1. 13º salário;

- 2.2. Férias e 1/3 constitucional de férias;
- 2.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa;
- 2.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário;
3. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas mencionados no item 20.2, depositados em conta vinculada deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à Contratada.
4. Para efeitos de cálculo a Contratada deverá elaborar planilha mensal com o demonstrativo da retenção, discriminando a quantia correspondente.
5. O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice da poupança ou outro índice, desde que obtenha maior rentabilidade e haja concordância da contratada.
6. Informações sobre notas fiscais ou recibos encaminhados à Diretoria de Orçamento e Fianças (DORFI) para pagamento somente serão prestadas por intermédio do correio eletrônico dorfi@stm.jus.br ou pelo fax nº (61) 3325-0262:
- 6.1. na consulta, deverão ser informados o nome do interessado, com CNPJ ou CPF, o número da nota fiscal ou recibo e o número do protocolo no STM, com a respectiva data.
7. No caso de a Contratada ser optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), ela deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições.
8. No ato da efetivação do pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e suas alterações.
9. Caso haja incorreção no faturamento, os documentos de cobrança serão devolvidos para regularização e pagos em até 72 horas, a contar da sua nova aceitação, não cabendo atualização financeira sob hipótese alguma.
10. O Contratante reserva-se o direito de se recusar ao pagamento se, na ocasião prevista para a atestação, o objeto deste edital não estiver de acordo com o licitado, proposto e contratado.
11. É vedado à Contratada sob pena de rescisão contratual, negociar ou caucionar a nota de empenho recebida para fins de operação financeira, ainda que relacionada com o objeto deste edital.
12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para o fato, a atualização financeira devida, entre a data que deveria ser efetuado o pagamento e a data correspondente ao efetivo pagamento, será calculada da seguinte forma, devendo a atualização prevista nesta condição ser incluída em nota fiscal a ser apresentada posteriormente:

$$AF = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

AF = atualização financeira devida;

I = 0,0001644 (índice de atualização dia);

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor do pagamento devido.

13. Constatada qualquer irregularidade nas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, os pagamentos serão sobrestados e a Contratada será intimada a providenciar sua regularização:

13.1. Caso a situação não seja regularizada, o Contratante efetuará os pagamentos devidos, uma vez iniciado o procedimento de rescisão contratual unilateral, em face da configuração de inexecução contratual, com fundamento no art. 78, inciso I, c/c o art. 55, inciso XIII, ambos da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da comunicação do fato aos órgãos pertinentes.

14. Toda a documentação referente ao pagamento deverá ser apresentada até, no máximo, o dia 25 do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mesmo que a empresa ainda não tenha emitido a nota fiscal referente ao período.

15. Os pagamentos serão realizados mensalmente, em moeda corrente nacional, em até 30 dias, contados da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação aplicável:

15.1. As faturas não serão consideradas recebidas caso não estejam acompanhadas de todos os documentos necessários à instrução da liquidação e do pagamento;

15.2. Quando houver ressalva relativa a atestação dos serviços pela fiscalização, no que concerne à execução do objeto do contrato, e pela gestão do contrato, em relação às demais obrigações contratuais, ocorrerá a interrupção da contagem do prazo para pagamento, a partir da comunicação do fato à Contratada, até que sejam sanados os vícios detectados;

15.3. O Contratante reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento dos serviços prestados após a comprovação do pagamento dos correspondentes salários, auxílio-alimentação e auxílio-transporte dos profissionais alocados nos postos de trabalho e dos respectivos encargos sociais e trabalhistas.

16. O pagamento dos serviços executados pela Contratada e aceitos definitivamente pelo Contratante será efetuado em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

17. As faltas ao serviço, desde que a Contratada não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e no contrato.

18. As faturas deverão corresponder à prestação dos serviços do mês de competência e serão entregues exclusivamente na Seção de Protocolo Geral, situada na Praça dos Tribunais Superiores, Quadra 01, Bloco “B”, Setor de Autarquias Sul/SAS – Brasília/DF, ou enviadas eletronicamente através do Sistema Eletrônico de Informação/SEI, acompanhadas das seguintes documentações, na ordem apresentada abaixo:

18.1. Certidão Negativa de Débitos das Contribuições Previdenciárias, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS e a Certidão de regularidade perante as fazendas Estadual, Distrital e Municipal, válidas:

18.1.1. A manutenção da condição ou a ocorrência reiterada da não apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas permitirá a notificação do fato à autoridade fazendária competente e a rescisão contratual, respeitada a ampla defesa, em face de configurada a inexecução do contrato e a ofensa ao disposto no art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/1993.

18.2. Relação demonstrativa de empregados que prestaram serviços no mês de competência da nota fiscal, mencionando as categorias profissionais de cada empregado e substitutos, as eventuais faltas, demissões, admissões ou outros tipos de afastamentos, bem assim os dias ou períodos das respectivas substituições;

18.3. Folha de pagamento analítica referente ao mês da prestação dos serviços, na qual constem todos os empregados alocados nos postos de trabalho:

18.3.1. no mês em que houver pagamento de alguma parcela referente ao 13º salário, a Contratada deverá apresentar também a folha de pagamento do benefício acompanhada do respectivo comprovante de pagamento.

18.4. Comprovante de quitação da folha de pagamento, representado por recibo de depósito emitido pela instituição financeira responsável pelo crédito em conta bancária do empregado, contendo nome completo do beneficiário, CPF, data da operação e valor creditado, ou por contracheque datado e assinado pelo empregado terceirizado:

18.4.1. não serão aceitos comprovantes de agendamento dos pagamentos;

18.4.2. o pagamento dos salários e dos benefícios previstos em lei não poderá estar vinculado ao recebimento pelos serviços prestados.

18.5. Planilha com o demonstrativo da retenção da conta vinculada, discriminando a quantia correspondente;

18.6. Comprovante de pagamentos dos auxílios alimentação e transporte de todos os empregados alocados nos postos de trabalho, referente ao mês subsequente ao da prestação dos serviços:

18.6.1. por ocasião da apresentação da primeira Nota Fiscal, a empresa deverá comprovar o pagamento dos benefícios referentes ao mês da prestação dos serviços e os do mês subsequente.

18.6.2. a prova de pagamento dos auxílios alimentação e transporte poderá ser apresentada por relação nominal, em ordem alfabética, assinada pelo respectivo empregado, ou por documento emitido por administradoras de cartões de crédito, assinada e carimbada pelo responsável em todas as páginas, com menção obrigatória da data em que foi efetivado o recebimento desses benefícios, o período a que corresponde o uso, e os valores percebidos.

18.6.3. caso algum empregado opte por não receber o auxílio transporte, a contratada deverá apresentar, no mesmo mês, a declaração específica devidamente datada e assinada pelo empregado.

18.7. Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP), referente ao mês da prestação dos serviços, representada e acompanhada pela seguinte documentação:

18.7.1. Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP na qual constem todos os empregados alocados nos postos de trabalho do STM;

18.7.2. Cópia da Relação de Tomador/Obra – RET do STM;

18.7.3. Cópia do Resumo das Informações à Previdência Social constantes no Arquivo SEFIP – Tomador/Obra;

18.7.4. Cópia do Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência

Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS – Empresa;

18.7.5. Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes no Arquivo SEFIP – Resumo do Fechamento – Empresa – FGTS;

18.7.6. Cópia da Guia da Previdência Social, com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na GFIP;

18.7.7. Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou do comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela internet, no valor apurado na GFIP;

18.7.8. Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social, cujo Número Referencial do Arquivo (NRA) corresponda ao conteúdo do campo “Nº Arquivo” dos relatórios gerados no fechamento do movimento, com a finalidade de garantir que tais relatórios referem-se ao protocolo de envio;

18.7.9. Juntamente com a nota fiscal referente aos serviços prestados no mês de dezembro de cada ano, a contratada deverá apresentar a GPS (Guia da Previdência Social) da competência 13 do respectivo ano.

18.7.10. Juntamente com a nota fiscal referente aos serviços prestados no mês de janeiro de cada ano, a Contratada deverá apresentar a Guia de recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) da competência 13 do ano anterior, representada e acompanhada pela documentação descrita nos subitens “a” a “h” acima e cujo valor corresponda à GPS competência 13 apresentada com a nota fiscal de dezembro.

19. Quando ocorrer admissão ou demissão de pessoal, será necessário o encaminhamento de cópias autenticadas por cartório competente ou cópias não autenticadas, desde que acompanhadas de originais para conferência no local de recebimento, dos exames médicos admissionais e demissionais dos empregados, das cópias das carteiras de trabalho com os registros feitos pela empresa e, nos casos de demissão, dos Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho, das notificações de aviso prévio, da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS com o Demonstrativo do Trabalhador de Recolhimento do FGTS Rescisório e do extrato atualizado do FGTS, integrando-se à documentação exigida para pagamento da nota fiscal:

20. Os termos de rescisão entregues ao Contratante deverão estar acompanhados do comprovante de pagamento das verbas rescisórias, caso o empregado não tenha recebido as verbas por ocasião da lavratura do termo de rescisão de contrato de trabalho, e conter a assinatura do empregado e do empregador.

21. Quando exigível, os termos de rescisão deverão estar homologados pelo sindicato que assiste a categoria profissional do trabalhador.

22. Nos casos de remanejamento de empregados para a prestação de serviços em outros órgãos ou para a administração da empresa, deverá ser encaminhada a folha de pagamento e a RE do Arquivo SEFIP relativas ao novo tomador ou à administração da contratada, integrando-se à documentação exigida para pagamento da nota fiscal.

23. Por ocasião das férias de empregado, deverá ser encaminhado o respectivo Aviso de Férias e o

comprovante de quitação ao trabalhador, integrando-se à documentação exigida para pagamento da nota fiscal.

24. A vinculação da GRF com a GFIP encaminhada será verificada a partir da verossimilhança do código de barras da Guia de Recolhimento do FGTS e daquele contido nas páginas componentes do arquivo SEFIP.

25. O Contratante, a qualquer tempo, poderá solicitar à empresa a comprovação da situação individualizada, por empregado, dos depósitos referentes ao FGTS e dos recolhimentos das contribuições previdenciárias dos empregados e cópias dos comprovantes de pagamento de salários e de fornecimento de auxílio alimentação e transporte aos profissionais.

26. A retenção de tributos na fonte será realizada em conformidade com a legislação vigente, por ocasião do pagamento da nota fiscal apresentada pela Contratada.

27. Toda documentação encaminhada será relativa exclusivamente aos empregados que prestaram serviços no Contratante no mês de competência da nota fiscal.

28. A ausência de documentos trabalhistas, previdenciários e de regularidade fiscal ensejará a notificação à Contratada, paralisando-se os trâmites de pagamento da nota fiscal, até que a empresa encaminhe a documentação exigida:

28.1. A Contratada, face ao não atendimento, estará sujeita à retenção de valores correspondentes ao custo do direito trabalhista ou previdenciário representado pela documentação não encaminhada.

29. No primeiro e no último mês de contrato, as faturas mensais deverão ser emitidas de forma proporcional aos dias de serviço efetivamente prestados.

30. O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas (pagamento do salário referente ao último mês de vigência do Contrato e quitação relativa à rescisão do contrato de trabalho entre empregado e empregador, por parte da Contratada).

31. Em conformidade com a Resolução n.º 169/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), alterada pela Resolução n.º 183/2013, na ocasião do pagamento mensal, serão retidos da Contratada, em conta vinculada – bloqueada para movimentação – os custos relativos às provisões de férias e adicional de férias; ao 13º salário; à multa do FGTS por dispensa sem justa causa; à incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias com adicional de férias e 13º salário (submódulo 4.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços).

32. Os valores depositados na conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação, deixarão de compor o valor mensal devido à empresa;

33. Será retido do pagamento do valor mensal devido à contratada e depositado na conta-corrente vinculada, o valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida conta-corrente, caso o banco público promova desconto(s) diretamente na conta-corrente vinculada - bloqueada para movimentação;

34. Os valores retidos da contratada referentes às provisões com férias e abono de férias; 13º salário; multa do FGTS; incidência do submódulo 4.1 da Planilha de Custos e formação de Preços, sobre os valores de 13º salário e férias serão liberados somente quando da ocorrência e do pagamento das verbas trabalhistas, com prévia autorização do contratante, na forma prevista na Resolução CNJ n.º 169/2013, alterada pela

35. Caso a Contratada não realize o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas de seus empregados, fica o Contratante autorizado a fazê-los quando houver falha no cumprimento dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Cláusula Sétima - DA CONTA VINCULADA PARA PROVISÕES DE ENCARGOS TRABALHISTAS

1. Após a assinatura deste contrato, a Contratada solicitará à instituição bancária oficial a abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação -, com a finalidade de provisionar os valores referentes aos encargos e/ou verbas rescisórias trabalhistas (13º salário, férias e 1/3 constitucional de férias, multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa e encargos sobre férias e 13º salário) resultantes da contratação de que trata este edital, de acordo com o art. 18, da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, bem como o seu Anexo XII, da Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e de acordo ainda com a Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, ANEXO E do edital.

2. A Contratada deverá providenciar, **no prazo máximo de 20 dias**, a contar da notificação pelo Contratante, os documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação e assinar termo específico da instituição financeira oficial, conforme disposto no inciso II do art. 6º da Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital/contrato.

3. Na autorização a ser assinada pela contratada para a criação da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, constará permissão para que o contratante tenha acesso aos saldos e extratos. A movimentação dos valores depositados fica condicionada à autorização do contratante, na forma do inciso II do art. 6º da Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, ANEXO E do edital.

4. A conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação será aberta em nome da Contratada a ser contratada pelo Superior Tribunal Militar em instituição bancária oficial e bloqueada para movimentação.

5. A conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, aberta em instituição bancária oficial, somente será movimentada após autorização do Diretor-Geral do STM.

6. Conforme disposto no art. 17, inciso II e II da Resolução CNJ nº 169/2013, alterada pela Resolução CNJ nº 183/2013, eventuais despesas para abertura e para a manutenção da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – deverão ser suportadas na Taxa de Administração constante da proposta comercial da Contratada:

6.1. haja a cobrança de tarifas bancárias, o Contratante poderá negociar com a Instituição Financeira a isenção ou redução das referidas tarifas para abertura e movimentação da conta-depósito vinculada.

6.2. o valor da taxa de abertura e de manutenção de conta será retido do pagamento mensal devido à Contratada e creditado na conta-depósito vinculada, caso o banco público promova o desconto diretamente da conta.

Cláusula Oitava - DA LIBERAÇÃO/UTILIZAÇÃO DO SALDO DA CONTA VINCULADA

1. A Contratada poderá solicitar a autorização deste Tribunal para resgatar os valores da conta vinculada despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias ocorridos durante a vigência do contrato.

2. A conta vinculada somente será liberada para o resgate dos valores despendidos com o pagamento das verbas aos trabalhadores, nas condições abaixo, conforme disposto no item 1.5, do Anexo VII-B, da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

- a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;
- b) parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao Contrato;
- c) parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao Contrato;
- d) ao final da vigência do Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias; e,
- e) o saldo restante, com a execução completa do Contrato, após a comprovação, por parte da Contratada, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

3. Para resgatar os recursos da conta vinculada - bloqueada para movimentação - a Contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à fiscalização os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as citadas verbas, podendo requerer o resgate do lucro incidente sobre as rubricas pagas pela Contratada.

4. O Contratante expedirá, após a comprovação da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, encaminhada à Instituição Bancária Oficial, no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da Contratada.

5. Após o encerramento da vigência do contrato firmado entre a Contratada e o Tribunal, os empregados que comprovadamente atuaram na execução do ajuste e que foram desligados do quadro de pessoal da empresa devem receber o pagamento das verbas trabalhistas devidas, sem prejuízo da apresentação dos documentos comprobatórios exigidos no art. 12 da Resolução CNJ nº 169/2013, alterada pela Resolução CNJ nº 183/2013.

6. Se, após a realização desses pagamentos, houver saldo na conta-depósito, o valor deverá ser utilizado para pagamento aos empregados que permaneceram no quadro de pessoal da contratada à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços do presente certame.

7. Restando saldo na conta-depósito, o montante deverá permanecer na mencionada conta para atender eventual questionamento na Justiça do Trabalho, conforme previsto no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal, c/c o art. 11 da Consolidação das Leis do trabalho (CLT). Se, realizados os pagamentos devidos, ainda assim houver saldo na conta-depósito, o montante deverá ser transferido para a contratada após cinco anos da data de encerramento da vigência do contrato administrativo.

Cláusula Nona - DO REAJUSTE

1. Para os insumos, que serão solicitados conforme a necessidade do Contratante, poderá haver reajuste anual de preços para as parcelas do contrato, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal, em substituição àquele, observado o interregno mínimo de um ano a partir da data da proposta:

1.1. o pedido de reajuste de preços deverá ocorrer antes da assinatura do termo de prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

2. Para efeito de cálculo dos reajustes será utilizada a seguinte fórmula:

$$R = V \frac{I - IO}{IO}, \text{ onde:}$$

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual do serviço;

I = valor do índice relativo ao mês do reajuste, conforme definido no contrato;

IO = valor do índice inicial, correspondente ao mês da apresentação da proposta.

3. Por ocasião do pedido de reajuste, caberá à Contratada apresentar planilha dos cálculos, de acordo com fórmula do item 2.

4. Caberá à Contratada, por ocasião do reajustamento de preços, apresentar faturas distintas, sendo uma correspondente aos preços iniciais contratados e outra, suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido e pactuado pelas partes.

5. Ocorrendo o primeiro reajuste, os subsequentes só poderão ocorrer obedecendo ao prazo mínimo de um ano, a contar do início dos efeitos do último reajuste.

6. O reajuste de que trata o Item 1 poderá sofrer alteração posterior, total ou parcial, decorrente da adoção, pelo Governo Federal, de medidas ou normas financeiras com força de lei.

Cláusula Décima – DA REPACTUAÇÃO

1. Será admitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

2. Para a primeira repactuação, a anualidade será contada a partir da data da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra (folha de salários) e estiver vinculada às datas-base desses instrumentos:

2.1. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tanto quanto forem os acordos, as sentenças

normativas ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

2.2. Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, caberá ao Contratado a demonstração da variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas.

4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

5. As repactuações serão precedidas de solicitação do Contratado, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados:

5.1. O prazo para solicitação da repactuação contratual terá início a partir da data de homologação da nova convenção ou acordo coletivo e findará na data da prorrogação contratual subsequente;

5.2. As repactuações a que a contratada fizer jus e não forem solicitadas tempestivamente, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

6. Nas hipóteses em que as negociações do acordo, convenção ou dissídio coletivos de trabalho se prolongarem após a data-base da categoria profissional e, nesse intervalo, o Contratante convocar a Contratada para a prorrogação contratual, deverá constar do novo termo aditivo, cláusula que resguarde o direito à repactuação tão logo o instrumento seja devidamente registrado.

7. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção ou dissídio coletivos.

8. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizados por aditamento.

Cláusula Décima Primeira - DA VIGÊNCIA

1. A vigência do contrato será de 12 meses, contados a partir do dia 11 de março de 2019, podendo ser prorrogado na forma da lei, mediante termo aditivo, até o limite previsto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93:

1.1. A fiscalização, até 90 dias do término da vigência contratual, deverá expedir comunicado à Contratada para que esta manifeste, no prazo de 10 dias, o seu interesse na prorrogação do contrato.

Cláusula Décima Segunda- DA GARANTIA

1. A Contratada prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ 72.850,11 (setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta reais e onze centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do instrumento contratual, nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666/1993, em uma das seguintes modalidades:

1.1. caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

1.2. seguro-garantia; ou

1.3. fiança bancária.

2. A Contratada deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo ao Fiscal do contrato no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura do contrato, sob pena de aplicação de multa moratória de 0,3% sobre o valor da garantia, por dia de atraso, limitado a 30 dias.

3. O atraso superior a 30 dias autoriza o Contratante a promover, discricionariamente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:

3.1. a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

4. A garantia prestada pela contratada terá validade de, no mínimo, três meses após o término do prazo de vigência contratual, somente sendo liberada após o esgotamento de tal prazo, observando ainda:

4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das obrigações nele previstas;

4.2. prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante à Contratada;

4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber;

4.5. prejuízos indiretos causados ao CONTRATANTE e prejuízos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

5. A garantia prestada pela Contratada, seja na modalidade seguro-garantia ou na modalidade fiança bancária, deverá contemplar todos os eventos indicados nos subitens 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5.

6. O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o Contratante e a Contratada.

7. Se a garantia for prestada na modalidade caução, a Contratada deverá:

7.1. caso a opção seja pela prestação em dinheiro, o respectivo depósito deverá ser feito na Caixa Econômica Federal (CEF), tendo como beneficiário o Contratante e como caucionário a Contratada; ou

7.2. caso a opção seja pela utilização de títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado

pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

9. Se a garantia for prestada na modalidade de Seguro-Garantia, deverá ser observada a forma prevista na Circular nº 477, de 30 de setembro de 2013, da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

10. A Contratada obriga-se a apresentar garantia complementar ou substitutiva da original, nos seguintes casos:

10.1. alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, devendo ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação, a contar da assinatura do Termo Aditivo; ou

10.2. utilização do valor da garantia, total ou parcialmente, por qualquer motivo, a contar da data em que foi notificada.

11. A Contratada deverá efetivar a prestação da garantia complementar ou substitutiva prevista no item 10 e apresentar o comprovante respectivo ao Fiscal do contrato no prazo de 30 (trinta) dias corridos, sob pena de aplicação de multa moratória de 0,3% sobre o valor a ser complementado ou repostado, por dia de atraso, limitado a 30 dias.

12. O atraso superior a 30 dias, na prestação da garantia complementar ou substitutiva prevista no item 10, autoriza o Contratante a discricionariamente promover, sem prejuízo das demais sanções cabíveis:

12.1. a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

13. Será considerada extinta a garantia:

13.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante (Administração), mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.2. no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência do contrato, caso o Contratante não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

Cláusula Décima Terceira - DAS PENALIDADES

1. A Contratada, com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará sujeita à penalidade de **impedimento de licitar e contratar com a União** e descredenciamento no SICAF, sem prejuízo da aplicação da penalidade de **multa** de 15% sobre o valor da contratação, da rescisão unilateral do contrato, das responsabilidades civil e criminal e das demais cominações legais, assegurada a prévia e ampla defesa, nos seguintes casos e prazos:

1.1. pelo período de **24 (vinte e quatro) meses**, quando:

1.1.1. apresentar documentação falsa;

1.1.2. fraudar a execução do contrato;

1.1.3. cometer fraude fiscal;

1.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

1.1.4.1. Considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, tais como: agir em conluio ou em desconformidade com a lei, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

2. A Contratada, com fundamento nos arts. 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, nos casos de retardamento ou de falha na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal e das demais cominações legais, assegurada a prévia e ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades, além de implicar no descredenciamento no SICAF (art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto nº 5.450/2005):

2.1. **advertência**, nos casos em que ocorrerem:

2.1.1. irregularidades de pequena monta, para as quais tenha o Contratante concorrido;

2.1.2. descumprimentos das obrigações contratuais que não acarretem prejuízo para o Contratante;

2.1.3. execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços, desde que sua gravidade não recomende a aplicação de multa.

2.2. **impedimento** de licitar e contratar com a **União** pelo prazo de até 5 (cinco) anos, em casos de inexecução total ou parcial das obrigações;

2.3. **suspensão temporária** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o **Superior Tribunal Militar**, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

2.4. **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a **Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir ao Superior Tribunal Militar os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 2.3;

2.4.1. Dão ensejo à aplicação de declaração de inidoneidade condutas graves da Contratada, bem como as descritas nos arts. 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993 transcritas abaixo, e desde que devidamente comprovado o seu dolo ou a sua culpa grave no processo administrativo:

a) obter vantagem indevida ou se beneficiar, injustamente, de modificações ou prorrogações contratuais para as quais comprovadamente concorreu;

b) fraudar, em prejuízo do Superior Tribunal Militar, contrato para aquisição ou venda de bens ou mercadorias:

b.1) vendendo como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada;

b.2) entregando uma mercadoria por outra;

- b.3) alterando substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- b.4) tornando, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a execução do contrato.
- c) celebrar contrato com o Superior Tribunal Militar mesmo tendo sido declarada inidônea.

2.5. multas:

2.5.1. multa compensatória:

- a) de 20% sobre o valor do contrato, em caso de inexecução total;
- b) de 20% sobre o saldo contratual, em caso de inexecução parcial da contratação, que também estará configurada quando:
 - b.1) a Contratada enquadrar-se em pelo menos uma das situações previstas na tabela 3 do subitem 2.5.7, respeitada a graduação de infrações conforme tabela 1 do mesmo subitem, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente;
 - b.2) a Contratada deixar de regularizar as suas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, no prazo determinado pela Fiscalização, nos termos do subitem 1.37 da cláusula segunda deste contrato.

2.5.2. multa moratória, nos casos de atrasos injustificados para iniciar a prestação do serviço de:

- a) 0,01% ao dia sobre o valor do contrato, limitada a incidência a 2 dias;
- b) 0,02% ao dia sobre o valor do contrato, limitada a incidência a 6 dias, estando a Administração autorizada a rescindir o Contrato a partir do 4º dia de atraso.

2.5.3. multa de 0,3% sobre o valor do contrato, no caso de a Contratada deixar de promover, às suas custas, na época oportuna, qualquer das seguintes capacitações:

- a) curso de atualização aos seus empregados na área em que atuam;
- b) bem como programa interno de treinamento de seus empregados, visando à adoção de práticas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos.

2.5.4. multa de 25% sobre o valor da totalidade dos materiais de consumo solicitados, no caso de a Contratada deixar de atender pedido de fornecimento ou de substituição desses produtos.

2.5.4.1. A Administração está autorizada a perder interesse na contratação, a partir da terceira ocorrência de não atendimento de pedido de fornecimento ou de substituição de materiais de consumo.

2.5.5. multa de 25% sobre o valor dos uniformes, no caso de a Contratada deixar de renovar, a cada seis meses, os uniformes de seus empregados.

2.5.5.1. Essa penalidade pecuniária possui Grau 6, conforme Tabela 1 do subitem 2.5.7.

2.5.6. multa no importe de R\$ 100,00, a cada três advertências aplicadas em desfavor da

Contratada, possuindo essa penalidade pecuniária Grau 3, conforme Tabela 1 do subitem 2.5.7.,

2.5.7. **multas**, conforme as infrações cometidas, o grau e os pontos respectivos, indicados nas tabelas abaixo:

Tabela 1

| GRAU DA INFRAÇÃO | PONTOS DA INFRAÇÃO |
|-------------------------|---------------------------|
| 1 | 2 |
| 2 | 3 |
| 3 | 4 |
| 4 | 5 |
| 5 | 8 |
| 6 | 10 |

Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2

| GRAU | CORRESPONDÊNCIA (R\$) |
|-------------|----------------------------------|
| 1 | R\$ 70,00 |
| 2 | R\$ 90,00 |
| 3 | R\$ 100,00 |
| 4 | R\$ 150,00 |
| | |

| | |
|---|------------|
| 5 | R\$ 170,00 |
| 6 | R\$ 200,00 |

Tabela 3

| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU | INCIDÊNCIA |
|------|---|------|-------------------------|
| 1 | Atrasar para apresentar a documentação contratualmente exigida, nos casos de ingresso de novos empregados. Obs. Cada período de até três dias de atraso será considerado uma ocorrência. | 5 | Por ocorrência |
| 2 | Suspender ou interromper os serviços contratuais, total ou parcial, salvo motivo de força maior ou caso fortuito | 6 | Por dia |
| 3 | Manter empregado sem qualificação para execução dos serviços contratados | 2 | Por empregado e por dia |
| 4 | Retirar empregados durante o expediente sem a anuência prévia do Contratante | 2 | Por empregado e por dia |
| 5 | Permitir a presença de empregado sem uniforme completo ou com uniforme manchado, sujo ou mal apresentado, e/ou crachá | 1 | Por dia |
| 6 | Atrasar salários, inclusive 13º e adicional de insalubridade, e férias Obs. Cada período de até cinco dias será considerado uma ocorrência. | 6 | Por ocorrência |
| 7 | Atrasar para entregar a totalidade dos vales-transporte e/ou vales-alimentação nas datas avençadas Obs. Cada período de até cinco dias será considerado uma ocorrência. | 5 | Por ocorrência |
| 8 | Atrasar para fornecer os uniformes previstos, semestralmente Obs. A multa não pode ultrapassar o equivalente a 10% do custo da totalidade dos uniformes. | 1 | Por dia |
| | Atrasar para substituir qualquer peça de uniforme que | | |

| | | | |
|----|---|---|----------------|
| 9 | <p>apresente desgaste excessivo ou defeito de fábrica não constatado no ato da entrega dos conjuntos, bem como os que não atendam às condições mínimas de apresentação</p> <p>Obs. A multa não pode ultrapassar o equivalente a 10% do custo da totalidade dos uniformes.</p> | 1 | Por dia |
| 10 | <p>Atrasar para apresentar a documentação comprobatória do pagamento dos encargos trabalhistas e previdenciários dos terceirizados.</p> <p>Obs. Cada período de até trinta dias será considerado uma ocorrência.</p> | 3 | Por ocorrência |
| 11 | <p>Atrasar, injustificadamente, o atendimento aos prazos estabelecidos pela Administração para apresentação de documentos, amostras, assinatura ou devolução de instrumentos contratuais e seus aditivos, se for o caso.</p> | 4 | Por ocorrência |
| 12 | <p>Atrasar para regularizar conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação, no prazo previsto.</p> <p>Obs. Cada período de até trinta dias será considerado uma ocorrência</p> | 6 | Por ocorrência |
| 13 | <p>Atrasar para recolher as contribuições sociais da previdência social.</p> <p>Obs. Cada período de até trinta dias será considerado uma ocorrência</p> | 6 | Por ocorrência |
| 14 | <p>Atrasar para recolher o FGTS dos empregados.</p> <p>Obs. Cada período de até trinta dias será considerado uma ocorrência</p> | 6 | Por ocorrência |
| 15 | <p>Atrasar para corrigir erros e falhas no pagamento de salário, vales-transportes e/ou vale-refeição e de qualquer benefício ao empregado no prazo concedido pelo Contratante.</p> <p>Obs. Cada período de até cinco dias será considerado uma ocorrência</p> | 4 | Por ocorrência |
| 16 | <p>Deixar que seus empregados executem quaisquer outras atividades que não digam respeito aos serviços prestados, em horário de expediente</p> | 3 | Por ocorrência |
| 17 | <p>Proceder à transferência de pessoal, sem conhecimento</p> | 2 | Por ocorrência |

| | | | |
|----|---|---|--------------------------|
| 17 | prévio do Contratante | 3 | Por ocorrência |
| 18 | Realizar cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias com profissionais substituídos anteriormente, a pedido do Contratante | 2 | Por ocorrência e por dia |
| 19 | Reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços, sem o consentimento do Contratante | 6 | Por ocorrência |
| 20 | Permitir situação que cause prejuízos ao STM ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados ou prepostos | 5 | Por ocorrência |
| 21 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais | 6 | Por ocorrência |

Para os itens a seguir, deixar de:

| | | | |
|----|---|---|----------------|
| 22 | Indicar preposto para ficar à disposição do STM. Obs. Cada período de até cinco dias será considerado uma ocorrência. | 5 | Por ocorrência |
| 23 | Manter, por parte do preposto indicado, permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização | 3 | Por ocorrência |
| 24 | Comparecer, sempre que solicitado pelo Contratante, ao local designado, para exame e esclarecimentos de quaisquer ocorrências | 3 | Por ocorrência |
| 25 | Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade constatada. | 2 | Por ocorrência |
| 26 | Assumir responsabilidades e tomar medidas necessárias ao atendimento de seus empregados acidentados ou com mal súbito dia a dia | 6 | Por ocorrência |
| 27 | Emitir o comunicado de acidente de trabalho, em formulário próprio do Instituto Nacional de Seguridade Social, em caso de eventual ocorrência de acidente com seus empregados nas dependências do STM | 5 | Por ocorrência |
| 28 | Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e pontualidade de seus empregados | 4 | Por dia |

| | | | |
|----|--|---|-------------------------|
| 29 | Efetuar a reposição dos empregados faltosos | 2 | Por empregado e por dia |
| 30 | Controlar o estoque dos produtos destinados ao preparo dos lanches e postos à disposição dos empregados da Contratada, de modo a relatar e indicar o vencimento de cada um dos produtos | 5 | Por ocorrência |
| 31 | Apresentar, juntamente com o documento fiscal, as comprovações atualizadas das regularidades fiscal (Receita Federal), previdenciária (INSS), trabalhista (CNDT) e fundiária (FGTS), da inexistência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - (CEIS) do Portal da Transparência, da inexistência de registros impeditivos de contratação por improbidade administrativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ e da inexistência de registros impeditivos de contratação no Cadastro de licitantes inidôneos disponível no Portal do TCU. | 4 | Por ocorrência |
| 32 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO sobre quaisquer outras obrigações acessórias contratuais não previstas nesta tabela. | 3 | Por ocorrência |

2.5.8. **multa** de 0,1%, ao dia e/ou por ocorrência, até o limite de 2%, sobre o valor mensal do contrato, no caso de descumprimento de quaisquer outros itens previstos no edital e no contrato, por item descumprido.

3. Na aplicação das penalidades, serão observados os seguintes balizamentos:

- 3.1. os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade;
- 3.2. a atuação da contratada em minorar, eliminar ou reparar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- 3.3. a execução satisfatória das demais obrigações contratuais;
- 3.4. a não existência de efetivo prejuízo material à Administração ou terceiros; e/ou
- 3.5. a reincidência do descumprimento contratual, que, para ser determinada, serão considerados os últimos doze meses de antecedentes da Contratada, contados a partir da primeira ocorrência, ainda que sobrestada, não importando se decorrente de fato gerador distinto.

4. Em casos excepcionais, caso a penalidade prevista se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, observados os demais critérios previstos nos subitens 3 e 10.

5. As multas relacionadas às ocorrências de penalidades identificadas dentro do mesmo mês, ainda que cumuladas por fundamentos diversos, não poderão exceder ao percentual de 30% do valor mensal do contrato.
6. A Administração do Superior Tribunal Militar poderá, mediante despacho fundamentado, suspender a aplicação da penalidade de multa nos casos em que o valor for considerado irrisório.
- 6.1. Será considerado irrisório valor igual ou inferior a:
- 6.1.1. R\$ 300,00, para obras e serviços de engenharia;
- 6.1.2. R\$ 160,00, para compras e serviços não referidos no inciso anterior.
- 6.2. Nos casos de reincidência, mesmo que o valor da multa seja irrisório, a penalidade deverá ser aplicada cumulativamente com os efeitos e o valor de multa cuja exigibilidade tenha sido suspensa anteriormente.
- 6.3. Para efeito de enquadramento como valor irrisório, deverá ser considerado, individualmente, cada evento incidente sobre o mesmo fato gerador da obrigação que resulte em aplicação da respectiva penalidade.
- 6.4. Caso não ocorra a reincidência nos últimos doze meses, contados a partir da primeira ocorrência, ou a vigência contratual encerre antes desse período, a multa suspensa deve ser convertida na penalidade de advertência.
7. O valor da(s) multa(s) será(ão) descontado(s) das faturas devidas à Contratada.
- 7.1. Se o valor a ser pago à Contratada não for suficiente para cobrir o valor da(s) multa(s), a diferença será descontada da garantia contratual, se esta tiver sido prevista no contrato.
- 7.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes ou se os valores das faturas forem insuficientes e a Contratada tiver sido dispensada da apresentação da garantia, a(s) multa(s) deverá(ão) ser recolhida(s) como receita da União, no prazo máximo de 30 dias corridos, a contar do recebimento da respectiva Guia de Recolhimento da União (GRU), sob pena de ser o processo encaminhado à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a inscrição do crédito na dívida ativa da União e o ajuizamento da execução fiscal.
8. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, a Contratada deverá efetivar a prestação da garantia complementar ou substitutiva prevista no item 11 da cláusula décima segunda deste contrato e apresentar o comprovante respectivo ao Fiscal do contrato no prazo de 30 (trinta) dias corridos, conforme estabelece o item 11 da cláusula décima segunda deste contrato.
9. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, impedimento de licitar e contratar com a União, suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o STM e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
10. Na apuração dos fatos, o Superior Tribunal Militar atuará com base no princípio da boa fé objetiva, assegurando à Contratada a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências:
- 10.1. Do procedimento de aplicação da penalidade caberá defesa prévia na forma do art. 87, § 2º e recurso nos termos do art. 109, ambos da Lei nº 8.666/1993.

10.2. O Superior Tribunal Militar deverá formar sua convicção com base na demonstração dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade dos documentos e informações apresentadas na defesa.

Cláusula Décima Quarta – DO RECEBIMENTO, DA FISCALIZAÇÃO E DA ATESTAÇÃO

1. O recebimento, a fiscalização e atestação dos serviços caberão à comissão ou ao servidor designado pelo Diretor-Geral do STM, nos termos do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da Justiça Militar da União, aprovado pelo Ato Normativo nº 238, de 31 de outubro de 2017.
2. O servidor designado é responsável pelo fiel cumprimento do contrato, bem como pela anotação, em registro próprio, de todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, cumprindo-lhe determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas competentes.

Cláusula Décima Quinta - DA DESPESA

A despesa correrá à conta de dotação consignada à Justiça Militar da União pela Lei Orçamentária para o exercício de 2019, a cargo do *Programa de Trabalho 02.061.0566.4225.0101 – Julgamento de Processos - JUPROC*, mediante a nota de empenho nº 2019NE000503, DE 27/2/2019.

Cláusula Décima Sexta - DA COMUNICAÇÃO

Durante a vigência deste Contrato, quaisquer comunicações entre as partes deverão ser feitas por escrito.

Cláusula Décima Sétima- DA RESCISÃO

1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos arts. 77 a 80, da Lei n.º 8.666/1993:
 - 1.1. os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
2. A rescisão do contrato poderá ser:
 - 2.1. determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei n.º 8.666/1993;
 - 2.2. amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o Contratante; e
 - 2.3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Cláusula Décima Oitava - DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação fundamenta-se em Pregão realizado em conformidade com o disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pelo Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, pelo Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, pelo Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, pelas Resoluções nºs 169/2013, 183/2013 e 248/2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e atualizações posteriores, pelas Instruções Normativas SEGES/MPDG nº 1, de 19 de janeiro de 2010; nº 5, de 26 de maio de 2017 e nº 2, de 11 de outubro de 2010, pela Portaria MPDG nº 409, de 21 de dezembro de 2016, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993.

Cláusula Décima Nona - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Independentemente de sua transcrição, farão parte integrante deste contrato todas as condições estabelecidas no Edital, na proposta apresentada pela Contratada e nos documentos por ela juntados ao processo da licitação.
2. O presente contrato poderá sofrer alterações posteriores, totais ou parciais, decorrentes da adoção, pelo Governo Federal, de medidas e normas financeiras com força de lei.
3. Fica expressamente proibido à Contratada:
 - 3.1. subcontratar o objeto deste contrato, exceto a subcontratação parcial devidamente autorizada pelo Contratante, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais;
 - 3.2. veicular publicidade comercial acerca do objeto deste contrato, sem prévia autorização do Contratante.
4. Os casos omissos ocorridos durante a vigência deste contrato serão resolvidos pela Administração do Contratante, com base na legislação em vigor.

Cláusula Vigésima- DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir qualquer questão oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Contratante.

Brasília, de de 2019.

Eder Soares de Oliveira

Diretor-Geral do Contratante

Leandro Santos de Sá

Sócio da Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Santos de Sá, Usuário Externo**, em 28/02/2019, às 16:01 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDER SOARES DE OLIVEIRA, DIRETOR-GERAL**, em 28/02/2019, às 17:17 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#) informando o código verificador

1344424 e o código CRC **7FE638C8**.

1344424v37

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF - <http://www.stm.jus.br/>



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/DIREG/DIRAD/COLIC/SECOT

TERMO ADITIVO DE CONTRATO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 07/2019 (1344424) celebrado entre o **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR** e a sociedade empresaria **LF SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE CONDOMÍNIOS E RESIDÊNCIAS EIRELI**, para a prestação de serviços de copeiragem e garçonaria, de acordo com o Processo nº 24/2019 - Processo Eletrônico n.º. 000858/19-00.11.

A União, por intermédio do **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, registrado no CNPJ/MF sob o n.º 00.497.560/0001-01, com sede na Praça dos Tribunais Superiores, em Brasília-DF, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, **Silvio Artur Meira Starling**, com fundamento no Manual de Organização do STM, aprovado pela Resolução nº 241, de 09 de maio de 2017, que dispõe sobre o Regulamento da Secretaria do Superior Tribunal Militar, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a sociedade empresaria **LF SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE CONDOMÍNIOS E RESIDÊNCIAS EIRELI**, registrada no CNPJ/MF sob o n.º 12.531.678/0001-80, com sede no SCIA Quadra 15, Conjunto 1, Lote 13, Brasília – DF, CEP: 71.250-005, telefone n.º (61) 3547-1018, correio eletrônico: Leandro@greenhousedf.com.br, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio, **Leandro Santos de Sá**, portador da Carteira de Identidade n.º 2585667 SSP/DF e do CPF n.º 026.030.441-76, na forma da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, das Resoluções nº 169/2013, 183/2013 e 248/2018 do Conselho Nacional de Justiça, das Instruções Normativas nº 2, de 30 de abril de 2008 e nº 3, de 15 de outubro de 2009, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e alterações posteriores, e da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis à espécie, e, ainda, em conformidade com o Processo nº 24/2019 - Processo Eletrônico n.º. 000858/19-00.11, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato celebrado entre as partes em 28 de fevereiro de 2019, mediante as cláusulas e condições a seguir exaradas:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração do Contrato nº 07/2019 (1344424), celebrado entre as partes em 28 de fevereiro de 2019, para mudança da razão social e endereço da Contratada, conforme a 9ª alteração do Contrato Social (1707285), datado de 03/07/2019, bem como o acréscimo de 1 (um) posto de copeiro e a prorrogação contratual.

Cláusula Segunda - DA MUDANÇA DA RAZÃO SOCIAL E DO ENDEREÇO

De acordo com a 9ª alteração do Contrato Social (1707285), datado de 03/07/2019, apresentado pela Contratada, a sociedade empresaria **LF SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE CONDOMÍNIOS E RESIDÊNCIAS EIRELI**, com sede no SCIA Quadra 15, Conjunto 1, Lote 13, Brasília – DF, CEP: 71.250-005, passara a denominar-se **GREEN HOUSE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.**, com sede no SIA/Sul, Trecho 04, Lote 1130, Loja nº 04, Brasília, DF, CEP: 71.200-042.

Cláusula Terceira - DO VALOR DO ACRÉSCIMO

| Categoria | Qtd. | Valor mensal |
|------------------|-------------|---------------------|
| Copeiro | 1 | R\$ 3.219,67 |

1. Para o período de 03 fevereiro a 10 de março (01 mês e 8 dias), o valor do acréscimo é de **R\$ 4.078,73 (quatro mil, setenta e oito reais e setenta e três centavos)**.
2. Para o período de 11 de março de 2020 a 10 de março de 2021, o valor do acréscimo é de **R\$ 38.636,04 (trinta e oito mil, seiscentos e trinta e seis reais e quatro centavos)**, correspondente a 2,65% do valor inicial do Contrato (R\$ 1.457.002,21).

Cláusula Quarta - DO VALOR DO CONTRATO

1. O novo valor anual do Contrato, já incluso o valor de acréscimo, passará a ser de **R\$ 1.495.638,25 (um milhão, quatrocentos e noventa)**, sendo:
 - 1.1. **R\$ 1.419.439,49 (um milhão, quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos)**, correspondente a 12 parcelas mensais de R\$ 118.286,62 (cento e dezoito mil, duzentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos), referente a prestação de serviços de copeiragem e garçonaria, mediante a execução de trabalhos de forma contínua;
 - 1.2. **R\$ 76.198,76 (setenta e seis mil, cento e noventa e oito reais e setenta e seis centavos)**, referente ao fornecimento de insumos, a ser pago conforme a demanda do Contratante.

Cláusula Quinta - DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

O Contrato fica prorrogado pelo prazo de 12 meses, compreendendo o período de 11 de

março de 2020 a 10 de março de 2021.

Cláusula Sexta - DA DESPESA

A despesa correrá à conta de dotação consignada à Justiça Militar da União pela Lei Orçamentária para o exercício de 2020, a cargo do *Programa de Trabalho 02.061.0566.4225.0101 – Julgamento de Processos - JUPROC*, mediante a emissão de nota de empenho.

Cláusula Sétima - DA GARANTIA

A Contratada prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ 74.781,91 (setenta e quatro mil, setecentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste Termo Aditivo, nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666/1993, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, sob pena de aplicação de multa moratória de 0,3% sobre o valor a ser complementado ou repostado, por dia de atraso, limitado a 30 dias.

Cláusula Oitava - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo Aditivo tem por fundamento legal os arts. 57, inc. II, e 65, § 1º, ambos da Lei nº 8.666/1993, e as Cláusulas Quinta e Décima Primeira do Contrato nº 07/2019.

Cláusula Nona - DA REPACTUAÇÃO

Fica ressalvado o direito a eventual e futura repactuação mediante a apresentação de Instrumentos Coletivos que representem modificação de custos de mão de obra e respeitadas as condições do Contrato.

Cláusula Décima - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ressalvadas as modificações deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas todas as demais cláusulas, condições e obrigações constantes do Contrato celebrado em 28 de fevereiro de 2019.

Cláusula Décima Primeira - DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir qualquer questão oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Contratante.

Brasília, de de 2020.

Silvio A. M. Starling

Diretor-Geral do Contratante

Leandro Santos de Sá

Sócio da Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Santos de Sá, Usuário Externo**, em 28/01/2020, às 16:02 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIO ARTUR MEIRA STARLING, DIRETOR-GERAL**, em 28/01/2020, às 17:59 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1722672** e o código CRC **86D66C03**.

1722672v1

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/DIREG/DIRAD/COLIC/SECOT

TERMO ADITIVO DE CONTRATO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2019 (1344424) celebrado entre o **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR** e a **sociedade empresária GREEN HOUSE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.**, para a prestação de serviços de copeiragem e garçonaria, de acordo com o Processo nº 24/2019 - Processo SEI nº 000858/19-00.11.

A União, por intermédio do **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, registrado no CNPJ/MF sob o n.º 00.497.560/0001-01, com sede na Praça dos Tribunais Superiores, em Brasília-DF, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, **Silvio Artur Meira Starling**, com fundamento no Manual de Organização do STM, aprovado pela Resolução nº 241, de 09 de maio de 2017, que dispõe sobre o Regulamento da Secretaria do Superior Tribunal Militar, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a sociedade empresária **GREEN HOUSE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.**, registrada no CNPJ/MF sob o n.º 12.531.678/0001-80, com sede no SIA/Sul, Trecho 04, Lote 1130, Loja nº 04, Brasília, DF, CEP: 71.200-042, telefone nº (61) 3547-1018, correio eletrônico: leandro@greenhousedf.com.br, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio, **Leandro Santos de Sá**, portador da Carteira de Identidade nº 2585667 SSP/DF e do CPF nº 026.030.441-76, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, das Resoluções nº 169/2013, 183/2013 e 248/2018 do Conselho Nacional de Justiça, das Instruções Normativas nº 2, de 30 de abril de 2008 e nº 3, de 15 de outubro de 2009, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e alterações posteriores, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis à espécie, e, ainda, em conformidade com o Processo nº 24/2019 - Processo Eletrônico n.º. 000858/19-00.11, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato celebrado entre as partes em 28 de fevereiro de 2019, mediante as cláusulas e condições a seguir exaradas:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é o acréscimo de 1 (um) posto de garçom ao Contrato nº 07/2019 (1344424), celebrado entre as partes em 28 de fevereiro de 2019, conforme Memorandos SETER 1779512, 1785913 e [1787507](#).

Cláusula Segunda - DO VALOR DO ACRÉSCIMO

| Categoria | Qtd. | Valor mensal |
|------------------|-------------|---------------------|
| Garçom | 1 | R\$ 4.304,88 |

1. O valor do acréscimo é de R\$ 46.636,20, correspondente ao percentual de 3,55% (três ponto cinquenta e cinco por cento).
2. Em sendo prorrogado, o valor mensal do Contrato passará a ser de R\$ 128.941,35 (cento e vinte e oito mil, novecentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos).

Cláusula Terceira – DO VALOR DO TERMO ADITIVO

O valor deste Termo Aditivo é de R\$ 46.636,20 (**quarenta e seis mil, seiscentos e trinta e seis reais e vinte centavos**).

Cláusula Quarta - DA VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO

Este Termo Aditivo vigorará de 15 de abril de 2020 a 10 de março de 2021.

Cláusula Quinta - DA DESPESA

A despesa correrá à conta de dotação consignada à Justiça Militar da União pela Lei Orçamentária para o exercício de 2020, a cargo do *Programa de Trabalho 02.061.0566.4225.0101 – Julgamento de Processos - JUPROC*, mediante reforço à emissão da Nota de Empenho 2020NE000155.

Cláusula Sexta - DA GARANTIA

A Contratada prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ 2.475,30 (dois mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste Termo Aditivo, nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666/1993, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, sob pena de aplicação de multa moratória de 0,3% sobre o valor a ser complementado ou reposto, por dia de atraso, limitado a 30 dias.

Cláusula Sétima - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo Aditivo tem por fundamento legal o art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e a Cláusula Quinta do Contrato nº 07/2019.

Cláusula Oitava - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ressalvadas as modificações deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas todas as demais cláusulas, condições e obrigações constantes do Contrato celebrado em 28 de fevereiro de 2019 e do Primeiro Termo Aditivo celebrado em 28 de janeiro de 2020.

Cláusula Nona - DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir qualquer questão oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Contratante.

Brasília, de de 2020.

Silvio A. M. Starling

Diretor-Geral do Contratante

Leandro Santos de Sá

Sócio da Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Santos de Sá, Usuário Externo**, em 14/04/2020, às 15:23 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIO ARTUR MEIRA STARLING, DIRETOR-GERAL**, em 14/04/2020, às 19:57 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#) informando o código verificador



1798589 e o código CRC DF5A7B97.

1798589v1

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/DIREG/DIRAD/COLIC/SECOT

TERMO ADITIVO DE CONTRATO

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2019 (1344424) celebrado entre o **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR** e a **sociedade empresária GREEN HOUSE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.**, para a prestação de serviços de copeiragem e garçonaria, de acordo com o Processo nº 24/2019 - Processo SEI nº 000858/19-00.11.

A União, por intermédio do **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, registrado no CNPJ/MF sob o n.º 00.497.560/0001-01, com sede na Praça dos Tribunais Superiores, em Brasília-DF, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, **Silvio Artur Meira Starling**, com fundamento no Manual de Organização do STM, aprovado pela Resolução nº 241, de 09 de maio de 2017, que dispõe sobre o Regulamento da Secretaria do Superior Tribunal Militar, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a sociedade empresária **GREEN HOUSE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.**, registrada no CNPJ/MF sob o n.º 12.531.678/0001-80, com sede no SIA/Sul, Trecho 04, Lote 1130, Loja nº 04, Brasília, DF, CEP: 71.200-042, telefone nº (61) 3547-1018, correio eletrônico: leandro@greenhousedf.com.br, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio, **Leandro Santos de Sá**, portador da Carteira de Identidade nº 2585667 SSP/DF e do CPF nº 026.030.441-76, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, das Resoluções nº 169/2013, 183/2013 e 248/2018 do Conselho Nacional de Justiça, das Instruções Normativas nº 2, de 30 de abril de 2008 e nº 3, de 15 de outubro de 2009, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e alterações posteriores, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis à espécie, e, ainda, em conformidade com o Processo nº 24/2019 - Processo Eletrônico n.º. 000858/19-00.11, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato celebrado entre as partes em 28 de fevereiro de 2019, mediante as cláusulas e condições a seguir exaradas:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é a prorrogação do Contrato nº 07/2019

(1344424), celebrado entre as partes em 28 de fevereiro de 2019.

Cláusula Segunda - DA PORROGAÇÃO

O Contrato fica prorrogado pelo prazo de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 11 de março de 2021 a 10 de março de 2022.

Cláusula Terceira – DO VALOR

O valor estimado deste Termo Aditivo é de **R\$ 1.580.704,92 (um milhão, quinhentos e oitenta mil, setecentos e quatro reais e noventa e dois centavos)**, sendo:

1.1. R\$ 1.503.283,44 (um milhão, quinhentos e três mil, duzentos e oitenta e três reais e quarenta e quatro centavos), correspondente a 12 parcelas mensais de R\$ 125.273,62 (cento e vinte e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos);

1.2. R\$ 77.421,48 (setenta e sete mil, quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e oito centavos), referente ao fornecimento de insumos, a ser pago conforme a demanda do Contratante.

Cláusula Quarta - DA DESPESA

A despesa correrá à conta de dotação consignada à Justiça Militar da União pela Lei Orçamentária para o exercício de 2021, a cargo do *Programa de Trabalho 02.061.0566.4225.0101 – Julgamento de Processos - JUPROC*, mediante reforço à emissão da Nota de Empenho 2021NE000098, de 28/01/2021.

Cláusula Quinta - DA GARANTIA

A Contratada prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ 79.035,24 (setenta e nove mil, trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste Termo Aditivo, nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666/1993, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, sob pena de aplicação de multa moratória de 0,3% sobre o valor a ser complementado ou repostado, por dia de atraso, limitado a 30 dias.

Cláusula Sexta - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo Aditivo tem por fundamento legal o art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, e a Cláusula Décima Primeira, do Contrato.

Cláusula Sétima - DA REPACTUAÇÃO

Fica assegurada a repactuação do valor mensal do Contrato, cabendo a Contratada

demonstrar a alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

Cláusula Oitava - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ressalvadas as modificações deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas todas as demais cláusulas, condições e obrigações constantes do Contrato celebrado em 28 de fevereiro de 2019 (1344424), do Primeiro Termo Aditivo celebrado em 28 de janeiro de 2020 (1722672), do Segundo Termo Aditivo celebrado em 14 de abril de 2020 (1798589) e da Apostila contratual nº 1/2020 assinada em 16 de junho de 2020 (1857722).

Cláusula Nona - DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir qualquer questão oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Contratante.

Brasília, de de 2021.

Silvio A. M. Starling

Diretor-Geral do Contratante

Leandro Santos de Sá

Sócio da Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Santos de Sá, Usuário Externo**, em 17/02/2021, às 13:57 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIO ARTUR MEIRA STARLING, DIRETOR-GERAL**, em 17/02/2021, às 21:08 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2093017** e o código CRC **766AC251**.

2093017v1

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF

Centenário das Circunscrições da Justiça Militar da União (1920 — 2020)



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DILEO/COLIC/SECOT

TERMO ADITIVO DE CONTRATO

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2019 (1344424) celebrado entre o **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR** e a sociedade empresária **GREEN HOUSE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.**, para a prestação de serviços de copeiragem e garçonaria, de acordo com o Processo nº 24/2019 - Processo SEI nº 000858/19-00.11.

A União, por intermédio do **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, registrado no CNPJ/MF sob o nº 00.497.560/0001-01, com sede na Praça dos Tribunais Superiores, em Brasília-DF, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, **José Carlos Nader Motta**, com fundamento no Ato Normativo nº 487, de 05 de agosto de 2021, que aprova o Manual de Organização do Superior Tribunal,, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a sociedade empresária **GREEN HOUSE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.**, registrada no CNPJ/MF sob o nº 12.531.678/0001-80, com sede no SIA/Sul, Trecho 04, Lote 1130, Loja nº 04, Brasília, DF, CEP: 71.200-042, telefones nºs (61) 3346-8812 e 99997-6777, correio eletrônico: leandro@greenhousedf.com.br, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio, **Leandro Santos de Sá**, portador da Carteira de Identidade nº 2585667 SSP/DF e do CPF nº 026.030.441-76, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, das Resoluções nº 169/2013, 183/2013 e 248/2018 do Conselho Nacional de Justiça, das Instruções Normativas nº 2, de 30 de abril de 2008 e nº 3, de 15 de outubro de 2009, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e alterações posteriores, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis à espécie, e, ainda, em conformidade com o Processo nº 24/2019 - Processo Eletrônico nº 000858/19-00.11, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato celebrado entre as partes em 28 de fevereiro de 2019, mediante as cláusulas e condições a seguir exaradas:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração do Contrato nº 07/2019 ([1344424](#)), celebrado entre as partes em 28 de fevereiro de 2019, para mudança de endereço da Contratada, conforme

a 11ª alteração do Contrato Social (2357106), datada de 26/08/2021, bem como o reajuste contratual, de acordo com o Memorando SETER 2354392.

Cláusula Segunda - DA MUDANÇA DO ENDEREÇO

De acordo com a 11ª alteração do Contrato Social (2357106), datada de 26/08/2021, apresentado pela Contratada, a sociedade empresária **GREEN HOUSE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.**, passa a ter seu endereço localizado na Colônia Agrícola Águas Claras, Chácara 48, Galpão 03, Mezanino, Guará I, Brasília/DF, CEP: 71.090-585.

Cláusula Terceira - DO REAJUSTE DOS INSUMOS

1. Em conformidade com a Informação sobre Reajuste Contratual SEINC 2297849 e o Memorando SETER (2354392), o valor mensal do Contrato passará a ser de R\$ 136.868,37 (cento e trinta e seis mil, oitocentos e sessenta e oito reais e trinta e sete centavos), a contar de 20 de fevereiro de 2021, sendo:

1.1. R\$ 130.014,84 (cento e trinta mil, quatorze reais e oitenta e quatro centavos), valor mensal referente aos serviços, conforme Apostila Contratual nº 01/2021 assinada em 16 de março de 2021 (2128937);

1.2. **R\$ 6.853,53** (seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e três centavos), valor mensal estimado referente ao fornecimento de insumos, a ser pago conforme a demanda do Contratante.

2. Em sendo prorrogado, o Contrato passará a ter o valor anual de R\$ 1.642.420,44 (um milhão, seiscentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e vinte reais e quarenta e quatro centavos).

Cláusula Quarta - DA VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO

Este Termo Aditivo vigorará a contar de sua assinatura até 10 de março de 2022.

Cláusula Quinta - DA DESPESA

A despesa correrá à conta de dotação consignada à Justiça Militar da União pela Lei Orçamentária para o exercício de 2021, a cargo do *Programa de Trabalho 02.061.0566.4225.0101 – Julgamento de Processos - JUPROC*, mediante reforço à nota de empenho 2021NE000098, emitida em 28 de janeiro de 2021.

Cláusula Sexta - DA GARANTIA COMPLEMENTAR

A Contratada prestará garantia complementar destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ 100,43 (cem reais e quarenta e três centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) da diferença entre o valor mensal atualizado (R\$ 136.868,37) e o valor mensal constante da

Apostila nº 01/2021 (R\$ 136.466,63), vezes o prazo de vigência desse Termo Aditivo, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/1993 e no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura deste Termo, sob pena de aplicação de multa moratória de 0,3% sobre o valor a ser complementado ou reposto, por dia de atraso, limitado a 30 dias.

Cláusula Sétima - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo Aditivo tem por fundamento legal o art. 65, “caput”, da Lei nº 8.666/1993 e a Cláusula Nona do Contrato nº 07/2019.

Cláusula Oitava - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ressalvadas as modificações deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas todas as demais cláusulas, condições e obrigações constantes do Contrato celebrado em 28 de fevereiro de 2019 (1344424), do Primeiro Termo Aditivo celebrado em 28 de janeiro de 2020 (1722672), do Segundo Termo Aditivo celebrado em 14 de abril de 2020 (1798589), da Apostila contratual nº 1/2020 assinada em 16 de junho de 2020 (1857722), do Terceiro Termo Aditivo celebrado em 17 de fevereiro de 2021 ([2093017](#)) e da Apostila Contratual nº 01/2021 assinada em 16 de março de 2021 (2128937).

Cláusula Nona - DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir qualquer questão oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Contratante.

Brasília, de de 2021.

José Carlos Nader Motta

Diretor-Geral do Contratante

Leandro Santos de Sá

Sócio da Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Santos de Sá, Usuário Externo**, em 20/10/2021, às 17:36 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS NADER MOTTA, DIRETOR-GERAL**, em 21/10/2021, às 22:51 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#) informando o código verificador **2372788** e o código CRC **4F577756**.

2372788v5

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF

Centenário das Circunscrições da Justiça Militar da União (1920 – 2020)



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DILEO/COLIC/SECOT

TERMO ADITIVO DE CONTRATO

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2019 (1344424) celebrado entre o **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR** e a **sociedade empresária GREEN HOUSE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.**, para a prestação de serviços de copeiragem e garçonaria, de acordo com o Processo nº 24/2019 - Processo SEI nº 000858/19-00.11.

A União, por intermédio do **SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**, registrado no CNPJ/MF sob o nº 00.497.560/0001-01, com sede na Praça dos Tribunais Superiores, em Brasília-DF, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, **José Carlos Nader Motta**, com fundamento no Ato Normativo nº 540/2022, que aprova o Manual de Organização do Superior Tribunal Militar, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a sociedade empresária **GREEN HOUSE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.**, registrada no CNPJ/MF sob o nº 12.531.678/0001-80, com sede na Colônia Agrícola Águas Claras, Chácara 48, Galpão 03, Mezanino, Guará I, Brasília/DF, CEP: 71.090-585, telefones nºs (61) 3346-8812 e 99997-6777, correio eletrônico: leandro@greenhousedf.com.br, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio, **Leandro Santos de Sá**, portador da Carteira de Identidade nº 2585667 SSP/DF e do CPF nº 026.030.441-76, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, das Resoluções nº 169/2013, 183/2013 e 248/2018 do Conselho Nacional de Justiça, das Instruções Normativas nº 2, de 30 de abril de 2008 e nº 3, de 15 de outubro de 2009, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e alterações posteriores, e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis à espécie, e, ainda, em conformidade com o Processo nº 24/2019 - Processo Eletrônico nº 000858/19-00.11, resolvem firmar o presente Termo Aditivo ao Contrato celebrado entre as partes em 28 de fevereiro de 2019, mediante as cláusulas e condições a seguir exaradas:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é a revisão de insumo, o acréscimo de um posto de Garçonaria, a supressão de um posto de Copeiragem e a prorrogação do Contrato nº 07/2019 (1344424) celebrado entre as partes em 28 de fevereiro de 2019.

Cláusula Segunda - DA REVISÃO DE INSUMO

Em conformidade com a Informação sobre Reajuste Contratual SEINC nº 2439773 e o Memorando SETER nº 2517296, o valor mensal estimado dos insumos passará de R\$ 6.853,53 (seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e três centavos), conforme Quarto Termo Aditivo (2372788), para **R\$ 10.058,33** (dez mil, cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), a contar de 17 de agosto de 2021, **até perdurarem os motivos que ensejaram a revisão de preços**, passando

assim o valor mensal do Contrato a ser de R\$ 140.073,17 (cento e quarenta mil setenta e três reais e dezessete centavos), sendo R\$ 130.014,84 (cento e trinta mil e quatorze reais e oitenta e quatro centavos), referente a prestação de serviços, e R\$ 10.058,33 (dez mil, cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), referente aos insumos.

Cláusula Terceira - DO VALOR DO ACRÉSCIMO

O valor total do acréscimo de um posto de Garçonaria é de R\$ 54.759,00 (cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e nove reais), referente ao período de 11 de março de 2022 a 10 de março de 2022, equivalente a um valor mensal de R\$ 4.563,25 (quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais e vinte e cinco centavos).

Cláusula Quarta - DO VALOR DA SUPRESSÃO

O valor total da supressão de um posto de Copeira é de R\$ 40.998,24 (quarenta mil, novecentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos, referente ao período de 11 de março de 2022 a 10 de março de 2023, equivalente a um valor mensal de R\$ 3.416,52 (três mil, quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta e dois centavos).

Cláusula Quinta - DO VALOR DO TERMO ADITIVO

1. Considerando o acréscimo e a supressão de postos de trabalho, o valor mensal, referente à prestação dos serviços, passa a ser de R\$ 131.161,57 (cento e trinta mil e cento e e sessenta e um reais e cinquenta e sete centavos)

2. O valor estimado do presente Termo Aditivo é R\$ **1.694.638,80** (um milhão, seiscentos e noventa e quatro mil, seiscentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), sendo:

2.1. R\$ **1.573.938,81** (um milhão, quinhentos e setenta e três mil e novecentos e trinta e oito reais e oitenta e um centavos), correspondente a 12 parcelas mensais de R\$ 131.161,57 (cento e trinta mil e cento e e sessenta e um reais e cinquenta e sete centavos), referente a prestação de serviços de copeiragem e garçonaria, mediante a execução de trabalhos de forma contínua;

2.2. R\$ **120.699,96** (cento e vinte mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), referente ao fornecimento de insumos, a ser pago conforme a demanda do Contratante.

Cláusula Sexta - DA PRORROGAÇÃO

O Contrato fica prorrogado pelo prazo de 12 meses, compreendendo o período de 11 de março de 2022 a 10 de março de 2023, podendo ser rescindido antecipadamente considerando o encerramento de processo licitatório para nova contratação em curso.

Cláusula Sétima - DA DESPESA

A despesa correrá à conta de dotação consignada à Justiça Militar da União pela Lei Orçamentária para o exercício de 2022, a cargo do *Programa de Trabalho 02.061.0566.4225.0101 – Julgamento de Processos - JUPROC*, mediante reforço à nota de empenho nº 2022NE000046, de 20 de janeiro de 2022.

Cláusula Oitava - DA GARANTIA

A Contratada prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de **R\$ 84.731,94 (oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e um reais e noventa e quatro centavos)**, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor deste Termo Aditivo, nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666/1993 e no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da assinatura deste Termo, sob pena de aplicação de multa moratória de 0,3% sobre o valor a ser complementado ou reposto, por dia de

atraso, limitado a 30 dias.

Cláusula Nona - DA REPACTUAÇÃO

Fica ressalvado o direito a eventual e futura repactuação mediante a apresentação de Instrumentos Coletivos que representem modificação de custos de mão de obra e respeitadas as condições do Contrato.

Cláusula Décima - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo Aditivo tem por fundamento legal o art. 57, inciso II, e art. 65, inciso II, alínea "d", ambos da Lei nº 8.666/1993, e as Cláusulas Quinta e Décima Primeira, do Contrato nº 07/2019.

Cláusula Décima Primeira - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ressalvadas as modificações deste Termo Aditivo, permanecem inalteradas todas as demais cláusulas, condições e obrigações constantes do Contrato celebrado em 28 de fevereiro de 2019 (1344424), do Primeiro Termo Aditivo celebrado em 28 de janeiro de 2020 (1722672), do Segundo Termo Aditivo celebrado em 14 de abril de 2020 (1798589), da Apostila contratual nº 1/2020 assinada em 16 de junho de 2020 (1857722), do Terceiro Termo Aditivo celebrado em 17 de fevereiro de 2021 ([2093017](#)), da Apostila Contratual nº 01/2021 assinada em 16 de março de 2021 (2128937) e do Quarto Termo Aditivo celebrado em 21 de outubro de 2021 (2372788).

Cláusula Décima Segunda - DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir qualquer questão oriunda da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Contratante.

Brasília, de de 2022.

José Carlos Nader Motta

Diretor-Geral do Contratante

Leandro Santos de Sá

Sócio da Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Santos de Sá, Usuário Externo**, em 09/03/2022, às 19:07 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS NADER MOTTA, DIRETOR-GERAL**, em 10/03/2022, às 00:35 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2552979** e o código CRC **5597FDF8**.

2552979v2

Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores - Bairro Asa Sul - CEP 70098-900 - Brasília - DF



(https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/)

Contratos

(https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/)

Consulta de Contratos

| |
|-------------------|
| DADOS DO CONTRATO |
|-------------------|

| |
|------------------|
| DADOS DO ADITIVO |
|------------------|

| | |
|--|--|
| 1º Termo | |
| Dt. Assinatura / Vigência | 28/01/2020 - 11/03/2020 a 10/03/2021 |
| Situação | vencido |
| Valor de Acréscimo | 38.636,04 |
| Valor de Supressão | 0,00 |
| Valor de Prorrogação | 1.495.638,25 |
| Valor de Alteração | 0,00 |
| Parcelas | 1 |
| Objeto | Alteração, acréscimo e prorrogação contratual. |
| | |
| Nome Arquivo | Tipo Documento |
| 7615_PUBLICACAO DE ADITIVO_PROCESSO_2019_24.pdf (https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/visualizar/7615_PUBLICACAO DE ADITIVO_PROCESSO_2019_24.pdf) | PUBLICACAO DE ADITIVO 30/01/2020 |
| 7614_TERMOS ADITIVO_PROCESSO_2019_24.pdf (https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/visualizar/7614_TERMOS ADITIVO_PROCESSO_2019_24.pdf) | TERMO ADITIVO 30/01/2020 |

| | |
|--|---|
| 2º Termo | |
| Dt. Assinatura / Vigência | 14/04/2020 - 15/04/2020 a 10/03/2021 |
| Situação | vencido |
| Valor de Acréscimo | 4.304,88 |
| Valor de Supressão | 0,00 |
| Valor de Prorrogação | 0,00 |
| Valor de Alteração | 0,00 |
| Parcelas | 1 |
| Objeto | Acréscimo de 1 (um) posto de garçom ao Contrato nº 07/2019. |
| | |
| Nome Arquivo | Tipo Documento |
| 8070_TERMOS ADITIVO_PROCESSO_2019_24.pdf (https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/visualizar/8070_TERMOS ADITIVO_PROCESSO_2019_24.pdf) | TERMO ADITIVO 14/04/2020 |
| 8071_PUBLICACAO DE ADITIVO_PROCESSO_2019_24.pdf (https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/visualizar/8071_PUBLICACAO DE ADITIVO_PROCESSO_2019_24.pdf) | PUBLICACAO DE ADITIVO 16/04/2020 |

| | |
|---------------------------|--------------------------------------|
| 3º Termo | |
| Dt. Assinatura / Vigência | 17/02/2021 - 11/03/2021 a 10/03/2022 |

| 3º Termo | |
|----------------------|-------------------------|
| Situação | vencido |
| Valor de Acréscimo | 0,00 |
| Valor de Supressão | 0,00 |
| Valor de Prorrogação | 1.580.704,92 |
| Valor de Alteração | 0,00 |
| Parcelas | 12 |
| Objeto | Prorrogação contratual. |

| Nome Arquivo | Tipo Documento |
|---|------------------------------------|
| 9606_TERM0 ADITIVO_PROCESSO_SEI_000858--19-00.11.pdf (https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/visualizar/9606_TERM0 ADITIVO_PROCESSO_SEI_000858--19-00.11.pdf) | TERMO ADITIVO 17/02/2021 |
| 9607_PUBLICACAO DE ADITIVO_PROCESSO_SEI_000858--19-00.11.pdf (https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/visualizar/9607_PUBLICACAO DE ADITIVO_PROCESSO_SEI_000858--19-00.11.pdf) | PUBLICACAO DE ADITIVO 22/02/2021 |

| 4º Termo | |
|---------------------------|--------------------------------------|
| Dt. Assinatura / Vigência | 21/10/2021 - 21/10/2021 a 10/03/2022 |
| Situação | vencido |
| Valor de Acréscimo | 6.853,53 |
| Valor de Supressão | 0,00 |
| Valor de Prorrogação | 0,00 |
| Valor de Alteração | 0,00 |
| Parcelas | 1 |
| Objeto | Reajuste contratual. |

| Nome Arquivo | Tipo Documento |
|--|------------------------------------|
| 11252_TERM0 ADITIVO_PROCESSO_SEI_000858--19-00.11.pdf (https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/visualizar/11252_TERM0 ADITIVO_PROCESSO_SEI_000858--19-00.11.pdf) | TERMO ADITIVO 21/10/2021 |
| 11253_PUBLICACAO DE ADITIVO_PROCESSO_SEI_000858--19-00.11.pdf (https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/visualizar/11253_PUBLICACAO DE ADITIVO_PROCESSO_SEI_000858--19-00.11.pdf) | PUBLICACAO DE ADITIVO 08/11/2021 |

| 5º Termo | |
|---------------------------|---|
| Dt. Assinatura / Vigência | 10/03/2022 - 11/03/2022 a 10/03/2023 |
| Situação | 57 dias |
| Valor de Acréscimo | 54.759,00 |
| Valor de Supressão | 40.998,24 |
| Valor de Prorrogação | 1.694.638,80 |
| Valor de Alteração | 0,00 |
| Parcelas | 1 |
| Objeto | Revisão de insumo, acréscimo de um posto de Garçonaria, supressão de um posto de Copeiragem e a prorrogação contratual. |

5º Termo

| Nome Arquivo | Tipo Documento |
|--|------------------------------------|
| 13049_TERMO_ADITIVO_PROCESSO_SEI_000858--19-00.11.pdf (https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/visualizar/13049_TERMO_ADITIVO_PROCESSO_SEI_000858--19-00.11.pdf) | TERMO ADITIVO 10/03/2022 |
| 13050_PUBLICACAO_DE_ADITIVO_PROCESSO_SEI_000858--19-00.11.pdf (https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/visualizar/13050_PUBLICACAO_DE_ADITIVO_PROCESSO_SEI_000858--19-00.11.pdf) | PUBLICACAO DE ADITIVO 11/03/2022 |

6º Termo

| | |
|---------------------------|--------------------------------------|
| Dt. Assinatura / Vigência | 16/05/2022 - 16/05/2022 a 10/03/2023 |
| Situação | 57 dias |
| Valor de Acréscimo | 54.759,00 |
| Valor de Supressão | 0,00 |
| Valor de Prorrogação | 0,00 |
| Valor de Alteração | 0,00 |
| Parcelas | 1 |
| Objeto | Acréscimo contratual. |

| Nome Arquivo | Tipo Documento |
|--|------------------------------------|
| 13436_TERMO_ADITIVO_PROCESSO_SEI_000858--19-00.11.pdf (https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/visualizar/13436_TERMO_ADITIVO_PROCESSO_SEI_000858--19-00.11.pdf) | TERMO ADITIVO 16/05/2022 |
| 13435_PUBLICACAO_DE_ADITIVO_PROCESSO_SEI_000858--19-00.11.pdf (https://www2.stm.jus.br/consulta_contrato/index.php/ctrl_busca/visualizar/13435_PUBLICACAO_DE_ADITIVO_PROCESSO_SEI_000858--19-00.11.pdf) | PUBLICACAO DE ADITIVO 18/05/2022 |

DADOS DA APOSTILA

DADOS DA GARANTIA

DADOS SOBRE FISCAIS